

Damásio de Jesus

Presidente da Damásio Educacional e Diretor-geral da Faculdade de Direito Damásio de Jesus, ambas em São Paulo. Doutor em Direito pela Faculdade de Jurisprudência da Universidade de Salerno (Itália).

Foi membro do Ministério Público do Estado de São Paulo por 26 anos. Advogado na área criminal.

DIREITO PENAL

Parte Geral

1^o Volume

36^a edição

2015





Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP
 CEP 05413-909
 PABX: (11) 3613 3000
 SAC: 0800 011 7875
 De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30
www.editorasaraiva.com.br/contato

Direção editorial Luiz Roberto Curia
Gerência executiva Rogéria Eduardo Alves

Gerência editorial Thais de Camargo Rodrigues
Assistência editorial Paliana Soares Albuquerque

Coordenação geral Clarissa Baraschi Maria
Preparação de originais Maria Izabel Barreiras Bitencourt Bressan e
 Ana Cristina Garcia (coords.)
 Bianca Miyuki Nakazato

Arte e diagramação Jessica Siqueira
Revisão de provas Amélia Kassis Ward e
 Ana Beatriz Fraga Moreira (coords.)
 Márcia Abreu
 Paula Brito Araújo

Serviços editoriais Elaine Cristina da Silva
 Keili Priscila Pinto
 Tatiana dos Santos Ramão

Capa Roney Carmela

Produção gráfico Mari Rampim
Impressão RR Donnelley
Acabamento RR Donnelley

ISBN 978-85-02-01804-4 obra completa
 ISBN 978-85-02-61896-1 volume 1

Jesus, Domínio de

Direito penal, volume 1 : parte geral / Domínio de Jesus. —
 36. ed. — São Paulo : Saraiva, 2015.

1. Direito penal 2. Direito penal - Brasil I. Título.

CDU-343

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito penal 343

Data de fechamento da edição: 1º-10-2014

Dúvidas?

Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva.
 A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punida pelo artigo 184 do Código Penal.

117.572.036.001

968089

ÍNDICE GERAL

DIREITO PENAL

PARTE GERAL

I — INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I

CONCEITO DE DIREITO PENAL

1. Noções fundamentais	45
2. Função de tutela jurídica	46
3. Denominação	46
4. Definição	47
5. Caracteres do Direito Penal	47
6. Conteúdo do Direito Penal	49
7. Direito Penal objetivo e subjetivo	49
8. Caráter dogmático	50
9. Direito Penal comum e especial	50
10. Direito Penal material e formal	51
11. Princípios fundamentais do Direito Penal	51
a) Princípio da legalidade ou da reserva legal	51
b) Princípio da proibição da analogia “in malam partem”	51
c) Princípio da anterioridade da lei	51
d) Princípio da irretroatividade da lei penal mais severa	52
e) Princípio da fragmentariedade	52

f) Princípio da intervenção mínima.....	52
g) Princípio da ofensividade.....	52
h) Princípio da insignificância.....	52
i) Princípio da culpabilidade.....	53
j) Princípio da humanidade.....	53
l) Princípio da proporcionalidade da pena.....	53
m) Princípio do estado de inocência.....	53
n) Princípio da igualdade.....	54
o) Princípio do “ne bis in idem”.....	54

CAPÍTULO II

FONTES DO DIREITO PENAL

1. Fonte de produção ou material e fontes de conhecimento ou formais	55
2. Da lei ou norma penal: fonte formal imediata.....	56
a) A técnica legislativa do Direito Penal	56
b) Binding e a norma penal	58
c) Classificação das normas penais	60
d) Caracteres das normas penais	60
1. Exclusividade	60
2. Imperatividade	60
3. Generalidade	61
4. Abstrata e pessoal	63
3. Da norma penal em branco	63
a) Conceito	63
b) Classificação	64
4. A integração da norma penal	66
a) As lacunas da lei penal	66
b) Direito Penal e direito de exceção	68
c) Integração da norma penal: critério de admissão	69
5. Fontes formais mediatas	69
a) O costume	69
1. Conceito	69

2. Elementos	70
3. Espécies	70
b) Os princípios gerais do direito	71
6. Formas de procedimento interpretativo	72
a) A equidade	72
b) A doutrina	72
c) A jurisprudência	73
d) Os tratados e convenções	73

CAPÍTULO III

INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL

1. Conceito	75
2. Necessidade de interpretar as leis	75
3. Natureza da interpretação	76
4. Espécies de interpretação	76
a) Quanto ao sujeito que faz	76
1. Interpretação autêntica	77
2. Interpretação doutrinária	79
3. Interpretação judicial	79
b) Quanto aos meios empregados	79
1. Interpretação gramatical, literal ou sintática	80
2. Interpretação lógica ou teleológica	80
c) Quanto ao resultado	82
1. Interpretação declarativa	82
2. Interpretação restritiva	83
3. Interpretação extensiva	83
5. Critérios de aplicação da interpretação restritiva e extensiva .	84
6. O princípio “in dubio pro reo” em matéria de interpretação da lei penal: conclusões	86
7. Interpretação progressiva	87
8. Interpretação analógica	88
a) Conceito	88
b) Diferença entre interpretação analógica e analogia	88
c) A interpretação analógica e o CP brasileiro	88

CAPÍTULO IV

DA ANALOGIA

1. As lacunas da lei penal	91
2. Conceito e natureza jurídica	92
3. Fundamento	93
4. Requisitos e operação mental	93
5. Analogia, interpretação extensiva e analógica	94
6. A questão da terminologia	95
7. Espécies de analogia	95
8. Emprego da analogia	96

II — DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL

CAPÍTULO V

DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

1. Fundamentos	103
2. Aspecto político	103
3. Histórico	104
4. Exceção e reações ao princípio legalista	105
5. O princípio da legalidade e a anterioridade da lei	106

CAPÍTULO VI

ÂMBITO DE EFICÁCIA DA LEI PENAL

Noções introdutórias	109
----------------------------	-----

CAPÍTULO VII

ÂMBITO DE EFICÁCIA TEMPORAL DA LEI PENAL (DA EFICÁCIA DA LEI PENAL NO TEMPO)

1. Nascimento e revogação da lei penal	111
2. Conflitos de leis penais no tempo: princípios que regem a matéria	114

3.	Hipóteses de conflitos de leis penais no tempo	117
4.	“Abolitio criminis”, “novatio legis” ou lei supressiva de incriminações: a lei nova suprime normas incriminadoras	118
	a) Conceito	118
	b) Fundamento	118
	c) Natureza jurídica	119
	d) Exemplos	119
	e) Efeitos e forma de aplicação	119
5.	“Novatio legis” incriminadora: a lei nova incrimina fatos ante- riormente considerados lícitos	122
6.	“Novatio legis in pejus”: a lei nova modifica o regime ante- rior, agravando a situação do sujeito	123
7.	“Novatio legis in melius”: a lei nova modifica o regime ante- rior, beneficiando o sujeito	129
8.	Apuração da maior benignidade da lei	131
9.	Competência para aplicação da lei mais benéfica	133
10.	Lei intermediária	134
11.	Combinação de leis	134
12.	Eficácia das leis penais temporárias e excepcionais. Ultra- -atividade	136
	a) Conceito	136
	b) Ultra-atividade das leis temporárias e excepcionais	136
	c) Fundamento	136
13.	Normas penais em branco e direito intertemporal	141
14.	Do tempo do crime	144
	a) Conceito	144
	b) Teorias	144
	c) Questões	145
	d) Aplicação da teoria da atividade a várias espécies de in- frações	146
	e) Medidas de segurança e direito intertemporal	147
15.	Conflito aparente de normas	147
	a) Conceito	147
	b) Princípios para a solução dos conflitos aparentes de normas	150
	c) Princípio da especialidade	150

d) Princípio da subsidiariedade	152
e) Princípio da consunção: crime progressivo, crime complexo e progressão criminosa	155
1. Princípio da consunção	155
2. Crime progressivo	156
3. Crime complexo	157
4. Progressão criminosa	157
f) Princípio da alternatividade: conceito e sua posição no tema	159

CAPÍTULO VIII

EFICÁCIA DA LEI PENAL NO ESPAÇO

1. Direito Penal Internacional. Os princípios	161
a) Princípio da territorialidade	162
b) Princípio da nacionalidade	162
c) Princípio da defesa	163
d) Princípio da justiça penal universal	163
e) Princípio da representação	164
f) Princípios adotados pelo CP	164
2. Territorialidade	164
3. Lugar do crime. Teorias	168
4. Extraterritorialidade	171
5. Contravenções	177
6. A regra “non bis in idem”	177
7. Eficácia da sentença penal estrangeira	178

CAPÍTULO IX

EFICÁCIA DA LEI PENAL EM RELAÇÃO A PESSOAS QUE EXERCEM DETERMINADAS FUNÇÕES PÚBLICAS

1. Introdução	179
2. Imunidades diplomáticas	180
3. Chefes de Governo	180
4. Imunidades parlamentares	181

CAPÍTULO X

DISPOSIÇÕES FINAIS DO TÍTULO I DA PARTE GERAL

1. Contagem de prazo	183
2. Frações não computáveis da pena	185
3. Legislação especial	186

III — TEORIA GERAL DO CRIME

CAPÍTULO XI

CONCEITO DE CRIME

1. Termos e etimologia	191
2. Que é crime?	192
3. Conceito material	193
4. Conceito formal	193
5. Crime e contravenção	194

CAPÍTULO XII

ANÁLISE E CARACTERES DO CRIME SOB O ASPECTO
FORMAL

1. Caracteres do crime sob o aspecto formal	195
2. O fato típico, a antijuridicidade e a culpabilidade	196
3. A punibilidade	198
4. Requisitos, elementares e circunstâncias do crime	198
5. Pressupostos do crime	201
6. Condições objetivas de punibilidade	203
7. Crime e ilícito civil	203
8. Crime e ilícito administrativo	204
9. O crime na teoria geral do Direito	204

CAPÍTULO XIII

DO SUJEITO ATIVO DO CRIME

1. Conceito	207
-------------------	-----

2. Terminologia da lei	207
3. Direitos e obrigações	208

CAPÍTULO XIV

DA CAPACIDADE PENAL

1. Conceito	209
2. Da incapacidade penal	209
3. Da capacidade penal das pessoas jurídicas	209
4. Da capacidade especial do sujeito ativo	211
5. Da capacidade penal especial em face das normas permisivas	212

CAPÍTULO XV

DO SUJEITO PASSIVO DO CRIME

1. Conceito	213
2. Espécies:	213
a) Sujeito passivo constante ou formal	213
b) Sujeito passivo eventual ou material	213
3. Posições do Estado	214
4. A questão do incapaz, da pessoa jurídica, do morto, do feto, dos animais e coisas inanimadas	215
5. A pessoa pode ser ao mesmo tempo sujeito ativo e passivo do delito em face de sua própria conduta?	218
6. Sujeito passivo e prejudicado pelo crime	219

CAPÍTULO XVI

DO OBJETO DO DELITO

1. Conceito	221
2. Espécies:	221
a) Objeto jurídico	221
b) Objeto material	221

CAPÍTULO XVII

DO TÍTULO DO DELITO

1. Conceito	223
2. Espécies	223
3. Importância	224

CAPÍTULO XVIII

DA CLASSIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES PENAIS

1. A classificação tripartida	225
2. A classificação bipartida. Há diferença entre crime e contra-venção?	225

CAPÍTULO XIX

DA QUALIFICAÇÃO LEGAL E DOUTRINÁRIA DOS CRIMES

1. Qualificação criminal da infração e do fato	227
2. Qualificação doutrinária	227
3. Crimes comuns e especiais	228
4. Crimes comuns e próprios	228
5. Crimes de mão própria ou de atuação pessoal	228
6. Crimes de dano e de perigo	229
7. Crimes materiais, formais e de mera conduta	230
8. Crimes comissivos e omissivos	232
9. Crimes instantâneos, permanentes e instantâneos de efeitos permanentes	233
10. Crime continuado	235
11. Crimes principais e acessórios	236
12. Crimes condicionados e incondicionados	236
13. Crimes simples e complexos	236
14. Crime progressivo	239
15. Delito putativo	239
a) Conceito e espécies	239
b) Delito putativo por erro de proibição	239

c) Delito putativo por erro de tipo	240
d) Delito putativo por obra de agente provocador (crime de flagrante provocado)	240
16. Crime de flagrante esperado	243
17. Crime impossível	243
18. Crime consumado e tentado	243
19. Crime falho	243
20. Crimes unissubsistentes e plurissubsistentes	244
21. Crimes de dupla subjetividade passiva	244
22. Crime exaurido	244
23. Crimes de concurso necessário	245
24. Crimes dolosos, culposos e preterdolosos ou preterintencionais	245
25. Crimes simples, privilegiados e qualificados	245
26. Crimes subsidiários	248
27. Crimes vagos	249
28. Crimes de mera suspeita	249
29. Crimes comuns e políticos	250
30. Crime multitudinário	251
31. Crimes de opinião	251
32. Crime inominado	252
33. Crimes de ação múltipla ou de conteúdo variado	252
34. Crimes de forma livre e de forma vinculada	252
35. Crimes de ação penal pública e de ação penal privada	253
36. Crime habitual e profissional	254
37. Crimes conexos	254
38. Crime de ímpeto	257
39. Crimes funcionais	257
40. Crimes a distância e plurilocais	257
41. Delito de referência	258
42. Delitos de tendência	258
43. Delitos de impressão	258
44. Crimes de simples desobediência	259
45. Crimes pluriofensivos	259
46. Crimes falimentares	259

47. Crime a prazo	259
48. Crime gratuito	260
49. Delito de circulação	260
50. Delito transeunte e não transeunte	260
51. Crime de atentado ou de empreendimento	260
52. Crime em trânsito	260
53. Crimes internacionais	260
54. Quase crime	260
55. Crimes de tipo fechado e de tipo aberto	261
56. Tentativa branca	261
57. Crime consunto e consuntivo	261
58. Crimes de responsabilidade	261
59. Crimes hediondos	263

CAPÍTULO XX

DO FATO TÍPICO

1. Introdução	265
2. Elementos do fato típico	265

CAPÍTULO XXI

DA CONDUTA

1. Conceito, características e elementos	267
2. Ausência de conduta	268
3. Teorias da conduta	270
a) Teoria naturalista ou causal da ação	270
b) Teoria social da ação	272
c) Teoria finalista da ação	273
4. Formas da conduta: ação e omissão	277
a) Ação	277
b) Omissão	277
1. Teorias	277
2. Formas	279
3. Crimes omissivos próprios	279

4. Crimes omissivos impróprios ou comissivos por omissão ..	279
5. Caso fortuito e força maior	280

CAPÍTULO XXII

DO RESULTADO

1. Conceito	283
2. Teorias	283
3. Há crime sem resultado?	284
4. Em que consiste o resultado	286

CAPÍTULO XXIII

DA RELAÇÃO DE CAUSALIDADE

1. Introdução ao tema	287
2. Teoria da equivalência dos antecedentes causais	287
3. Aplicação da teoria da equivalência dos antecedentes	290
4. Da causalidade na omissão	291
5. Da superveniência causal	294

CAPÍTULO XXIV

TEORIA DA TIPICIDADE

1. Noção introdutória	299
2. O tipo legal e o fato concreto	301
3. Denominações	301
4. Evolução histórica da tipicidade: fases	301
5. Primeira fase: independência	303
6. Segunda fase: caráter indiciário da antijuridicidade	304
7. Terceira fase: “ratio essendi” da antijuridicidade	305
8. Diretriz dominante	306
9. Tipicidade e antijuridicidade	307

CAPÍTULO XXV

TEORIA DO TIPO

1. Conceito e importância do tipo	309
---	-----

2. Da adequação típica: formas	309
3. Análise e elementos do tipo	311
a) Introdução ao tema	311
b) Elementos objetivos do tipo	312
c) Elementos normativos do tipo	312
d) Elementos subjetivos do tipo (elementos subjetivos do in-justo)	314

CAPÍTULO XXVI

TEORIA DA IMPUTAÇÃO OBJETIVA

1. Declínio do prestígio da relação de causalidade material (objetiva) como elemento do fato típico	319
2. Conceito de imputação objetiva.....	320
3. Risco permitido e risco proibido	320
4. Missão.....	321
5. Imputação objetiva, responsabilidade penal objetiva e imputabilidade: distinções	322
6. Âmbito de aplicação.....	322
7. Imputação objetiva da conduta e do resultado.....	322
8. Natureza jurídica e posição sistemática.....	323
9. Efeito da ausência da imputação objetiva.....	324
10. Requisitos de aplicação	324
11. Princípios.....	325

CAPÍTULO XXVII

DO TIPO DO CRIME DOLOSO

1. Introdução	327
2. Conceito e natureza do dolo	327
3. Teorias do dolo	327
a) Teoria da vontade	327
b) Teoria da representação	328
c) Teoria do assentimento	328
4. Dolo natural	328
5. Elementos do dolo	328
6. Espécies de dolo	330

a) Dolo direto e indireto — teoria do dolo eventual	330
b) Dolo de dano e de perigo	333
c) Dolo genérico e específico: crítica	333
d) Dolo normativo e dolo natural	334
e) Dolo geral (erro sucessivo)	335
7. Dolo e pena	336

CAPÍTULO XXVIII

TEORIA DO CRIME CULPOSO

1. Observação	337
2. Estrutura do tipo, ilicitude e culpabilidade	337
3. Previsibilidade objetiva	340
4. Elementos do fato típico culposo	340
5. Imprudência, negligência e imperícia	341
6. Espécies de culpa	343
a) Culpa consciente e inconsciente	343
b) Culpa própria e imprópria	344
c) A chamada culpa mediata ou indireta	345
7. Graus de culpa	345
8. Compensação e concorrência de culpas	345
9. Excepcionalidade do crime culposo	346

CAPÍTULO XXIX

O CRIME PRETERDOLOSO

1. Crimes preterdolosos ou preterintencionais	347
2. Nexo subjetivo e normativo	348

CAPÍTULO XXX

DO ERRO DE TIPO

1. Conceito	349
2. Exemplos	350
3. Erro de tipo e erro de proibição. Relação com o erro de fato e o erro de direito	350
4. Erro de tipo e delito putativo por erro de tipo	351

5. Formas	352
6. Erro de tipo essencial	352
7. Efeitos do erro de tipo essencial	353
8. Discriminantes putativas	354
a) Introdução	354
b) Disciplina legal	354
9. Erro provocado por terceiro	358
10. Erro acidental	360
a) Conceito	360
b) Erro sobre objeto (“error in objecto”)	361
c) Erro sobre pessoa (“error in persona”)	361
d) Erro na execução (“aberratio ictus”)	362
e) Resultado diverso do pretendido (“aberratio criminis”)	366
f) Esquema	368

CAPÍTULO XXXI

DO CRIME CONSUMADO

1. Conceito	369
2. Crime exaurido	369
3. A consumação nas várias espécies de crimes	370
4. O “iter criminis”	371
5. Atos preparatórios e executórios: distinção	373

CAPÍTULO XXXII

DA TENTATIVA

1. Conceito	375
2. Natureza jurídica	375
3. Elementos	376
4. Formas de tentativa: perfeita e imperfeita	377
5. Elemento subjetivo	378
6. Infrações que não admitem a tentativa	379
7. Aplicação da pena	380
a) Teoria subjetiva	380

b) Teoria objetiva	381
8. Desistência voluntária e arrendimento eficaz. Tentativa qualificada.....	382

CAPÍTULO XXXIII

DO ARREPENDIMENTO POSTERIOR

1. Conceito	389
2. Requisitos	389
3. Aplicação	390
4. Natureza jurídica	390
5. Relevância da reparação do dano	390

CAPÍTULO XXXIV

DO CRIME IMPOSSÍVEL

1. Conceito e casos	393
2. Teorias	394

CAPÍTULO XXXV

DA ANTIJURIDICIDADE

1. Conceito	397
2. Terminologia	398
3. Antijuridicidade formal e material	399
4. Caráter objetivo da antijuridicidade	400
a) Antijuridicidade subjetiva	400
b) Antijuridicidade objetiva	401
5. Antijuridicidade genérica e específica	402
6. Causas de exclusão da antijuridicidade	402
a) Introdução	402
b) Requisitos objetivos e subjetivos de justificação	403
c) Causas supralegais de exclusão da antijuridicidade	406
d) Excesso nas justificativas	408

CAPÍTULO XXXVI

DO ESTADO DE NECESSIDADE

1. Considerações gerais	411
2. Teorias: unitária e diferenciadora	412
3. Conceito e natureza jurídica	414
4. Exemplos	414
5. Requisitos	415
6. Perigo atual ou iminente	416
7. Ameaça a direito próprio ou alheio: estado de necessidade próprio e de terceiro	417
8. Situação de perigo não causada voluntariamente pelo sujeito ..	417
9. Inexistência de dever legal de enfrentar o perigo	419
10. Inevitabilidade do comportamento lesivo	420
11. Inexigibilidade de sacrifício do interesse ameaçado	421
12. Elemento subjetivo do estado de necessidade: conhecimento da situação do fato justificante	422
13. Causa de diminuição de pena	422
14. Formas do estado de necessidade	423
15. Excesso	423

CAPÍTULO XXXVII

DA LEGÍTIMA DEFESA

1. Introdução	425
2. Natureza jurídica	426
3. Conceito e requisitos	427
4. Agressão injusta, atual ou iminente. Questões várias	428
5. Direito do agredido ou de terceiro atacado ou ameaçado de dano pela agressão	431
6. Repulsa com os meios necessários	432
7. Moderação na repulsa necessária	434
8. O elemento subjetivo da legítima defesa: conhecimento da situação de agressão e da necessidade de defesa	434

9. Excesso	434
10. Legítima defesa subjetiva. Legítima defesa sucessiva. Legítima defesa putativa	438
11. Legítima defesa e estado de necessidade	438
12. Ofendículos	439

CAPÍTULO XXXVIII

ESTRITO CUMPRIMENTO DE DEVER LEGAL E EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO

1. Estrito cumprimento de dever legal	441
2. Exercício regular de direito	442
3. Intervenções médicas e cirúrgicas	442
4. Violência esportiva	443
5. Consentimento do ofendido	443

CAPÍTULO XXXIX

DO CONCURSO DE PESSOAS

1. Introdução	447
2. Concurso necessário e eventual	447
3. Autoria	449
4. Relação com a teoria da causalidade	450
5. Formas de autoria e de concurso de pessoas em face da teoria do domínio do fato: coautoria e participação	451
6. Participação	453
7. Natureza jurídica do concurso de pessoas	454
a) Teoria unitária	454
b) Teoria dualista	454
c) Teoria pluralística	454
d) Exceções pluralísticas da teoria unitária	455
8. Natureza jurídica da participação	455
a) Teoria causal	455
b) Teoria da acessoriedade: classes de acessoriedade	456

9. Autoria mediata	460
10. Requisitos do concurso de pessoas	462
11. Pluralidade de condutas	462
12. Relevância das condutas	462
13. Do liame subjetivo e normativo	463
a) Coautoria e participação	463
b) Autoria colateral	466
14. Identidade de infração para todos os participantes	466
15. Formas de participação	467
16. Punibilidade	472
17. Da cooperação dolosamente distinta ou desvios subjetivos entre os participantes	473
18. Participação impunível	474
19. Participação de participação e participação sucessiva	474
20. Momento da participação e exclusão da participação posterior ao delito	475
21. Participação e arrependimento	475
22. Autoria incerta	476
23. Crimes omissivos	476
24. Comunicabilidade e incomunicabilidade de condições, elementares e circunstâncias	480
a) Incomunicabilidade das circunstâncias de caráter pessoal	482
b) A circunstância objetiva não pode ser considerada no fato do partícipe ou coautor se não entrou na esfera de seu conhecimento	483
c) As elementares, sejam de caráter objetivo ou pessoal, comunicam-se entre os fatos cometidos pelos participantes desde que tenham ingressado na esfera de seu conhecimento ..	485
25. Concurso de pessoas e infanticídio	486
a) Exposição do tema	486
b) Pronunciamento do IV Congresso Nacional de Direito Penal e Ciências Afins	489
c) Nossa sugestão	493

IV — DA CULPABILIDADE

CAPÍTULO XL

A POSIÇÃO DA CULPABILIDADE EM FACE DA
ESTRUTURA DO CRIME

1. O CP brasileiro e os requisitos do crime	499
2. A posição da culpabilidade	500
3. Responsabilidade penal objetiva	501

CAPÍTULO XLI

CONCEITO DE CULPABILIDADE

1. Introdução	503
2. Teorias da culpabilidade	503
3. Teoria psicológica da culpabilidade	504
4. Teoria psicológico-normativa da culpabilidade	504
5. Teoria normativa pura da culpabilidade. Elementos da culpabilidade	505
6. Teoria limitada da culpabilidade	509
7. Características do finalismo	510

CAPÍTULO XLII

DA IMPUTABILIDADE

1. Conceito	513
2. Imputabilidade e responsabilidade	514
3. Fundamento da imputabilidade	514
4. Causas de exclusão da imputabilidade	515
5. “Actio libera in causa”	516

CAPÍTULO XLIII

POTENCIAL CONSCIÊNCIA DA ANTIJURIDICIDADE

1. Introdução. Teorias	519
------------------------------	-----

2. Teoria extrema do dolo	519
3. Teoria limitada do dolo	520
4. Teoria extrema da culpabilidade	520
5. Teoria limitada da culpabilidade	521

CAPÍTULO XLIV

DA EXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA

1. Introdução	523
2. Teoria das circunstâncias concomitantes de Frank	523
3. Efeito da inexigibilidade de conduta diversa	524

CAPÍTULO XLV

DAS CAUSAS DE EXCLUSÃO DA CULPABILIDADE

1. Introdução	525
2. Elenco	525
3. A inexigibilidade de conduta diversa como causa supralegal de exclusão da culpabilidade	527
4. Emoção e paixão	529

CAPÍTULO XLVI

DO ERRO DE PROIBIÇÃO

1. Inescusabilidade da ignorância da lei e relevância da falta de consciência da antijuridicidade	531
2. Conceito de erro de proibição	532
3. Formas	532
4. Erro de proibição e erro de tipo: efeitos quanto ao dolo e culpabilidade	533
5. Casos de erro de proibição	533
6. Erro e ignorância de direito	533
a) Conceitos	533
b) Efeitos	534
c) Erro de direito penal e erro de direito extrapenal	534
d) Erro de direito e delito putativo por erro de direito	535

7. Suposição errônea da existência de causa de exclusão da ilicitude não reconhecida juridicamente.....	536
8. Discriminantes putativas	536

CAPÍTULO XLVII

DA COAÇÃO MORAL IRRESISTÍVEL

1. Conceito e espécies de coação	537
2. Espécie de coação prevista no art. 22, 1. ^a parte, do CP	537
3. Coação moral irresistível como causa de exclusão da culpabilidade. Responsabilidade do coator	538

CAPÍTULO XLVIII

DA OBEDIÊNCIA HIERÁRQUICA

1. Conceito e espécies de ordem de superior hierárquico	539
2. Obediência hierárquica como causa de exclusão da culpabilidade	540
3. Requisitos. Responsabilidade do superior hierárquico	541

CAPÍTULO XLIX

DA INIMPUTABILIDADE POR DOENÇA MENTAL OU DESENVOLVIMENTO MENTAL INCOMPLETO OU RETARDADO

1. Introdução	543
2. Critérios de aferição da inimputabilidade	543
3. Inimputabilidade por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado	544
4. Diminuição da capacidade de entendimento e de vontade — caso de redução da pena ou de aplicação de medida de segurança	546
5. Requisitos normativos da inimputabilidade	549
6. Menoridade penal	549

CAPÍTULO L

DA INIMPUTABILIDADE POR EMBRIAGUEZ
COMPLETA PROVENIENTE DE CASO FORTUITO
OU FORÇA MAIOR

1.	Conceito, fases e espécies de embriaguez	553
2.	Sistema da embriaguez na legislação penal brasileira	554
3.	Embriaguez voluntária ou culposa. "Actio libera in causa" ...	555
4.	Embriaguez acidental: casos de exclusão da imputabilidade e de diminuição da pena	558
5.	Embriaguez simples, patológica e preordenada: soluções legais ...	559

V — DA SANÇÃO PENAL

CAPÍTULO LI

DAS PENAS

1.	Conceito, fins e caracteres	563
2.	Classificação	564
3.	Sistemas penitenciários	565

CAPÍTULO LII

DAS PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE

1.	Regimes penitenciários. Reclusão e detenção	567
2.	Regras do regime fechado	569
3.	Regras do regime semiaberto	569
4.	Regras do regime aberto	570
5.	Regime especial	570
6.	Direitos e trabalho do preso	570
7.	Superveniência de doença mental	570
8.	Detração penal	571
9.	Regime disciplinar diferenciado	572

CAPÍTULO LIII

DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS

1.	Alternativas penais, penas alternativas e restritivas de direitos..	575
----	---	-----

2. Natureza das penas restritivas de direitos	578
3. Condições	578
4. Multa substitutiva: condenação a pena igual ou inferior a um ano	581
5. Conversão da pena alternativa em privativa de liberdade	581
6. Prestação pecuniária e prestação inominada	583
7. Perda de bens e valores	584
8. Prestação de serviço à comunidade	585
9. Interdições temporárias de direitos	586
10. Limitação de fim de semana	587

CAPÍTULO LIV

DA PENA DE MULTA

1. Critérios de cominação	589
2. Fixação da multa	589
3. Pagamento da multa	590
a) Observação	590
b) Legislação anterior	590
c) Lei n. 9.268/96	591
4. Proibição de conversão da multa em detenção	592

CAPÍTULO LV

DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA

1. Introdução	593
2. Conceito de periculosidade	593
3. Fatores e indícios de periculosidade	594
4. Pressupostos de aplicação	595
5. Periculosidade real e presumida	595
6. Espécies	595
7. Imposição de medida de segurança ao inimputável	596
8. Sistema vicariante	596
9. Direitos do internado	597
10. Extinção da punibilidade	597

CAPÍTULO LVI

DAS CIRCUNSTÂNCIAS

1. Circunstâncias e elementares do crime	599
2. Posição das circunstâncias na teoria do crime e da sanção penal	601
3. Classificação	602
4. Circunstâncias judiciais	604
5. Circunstâncias agravantes	605
6. Reincidência	613
a) Conceito e formas	613
b) Pressuposto	613
c) Efeitos	616
d) Espécies de crimes e reincidência	616
e) Eficácia temporal da condenação anterior para efeito da reincidência	616
f) Crimes militares e puramente políticos	622
7. Circunstâncias atenuantes	623
a) Ser o agente menor de 21 ou maior de 70 anos	624
b) Desconhecimento da lei	624
c) Motivos de relevante valor social ou moral	625
d) Ter o agente procurado, por sua espontânea vontade e com eficiência, logo após o crime, evitar-lhe ou minorar-lhe as consequências, ou ter, antes do julgamento, reparado o dano....	625
e) Ter o agente cometido o crime sob coação a que podia resistir ou em cumprimento de ordem de autoridade superior, ou sob a influência de violenta emoção, provocada por ato injusto da vítima.....	626
f) Ter o agente confessado espontaneamente, perante a autoridade, a autoria do crime	626
g) Ter o agente cometido o crime sob a influência de multidão em tumulto, se não o provocou	626
h) Circunstâncias inominadas	627
8. Causas de aumento e de diminuição da pena	627
9. Circunstâncias qualificadoras	628

CAPÍTULO LVII

DA COMINAÇÃO E APLICAÇÃO DA PENA

1. Cominação das penas	631
2. Juízo de culpabilidade como fundamento da imposição da pena .	632
3. Fixação da pena	632
4. Fases da fixação da pena privativa de liberdade	634
5. Mecanismo da imposição das penas	637
6. Concurso de circunstâncias agravantes e atenuantes	639
7. Concurso de causas de aumento e de diminuição. Concurso de qualificadoras	639
8. Exemplos de fixação da pena privativa de liberdade	640
9. Fixação da pena de multa	641

CAPÍTULO LVIII

DO CONCURSO DE CRIMES

1. Introdução	645
2. Posição da matéria: concurso de crimes ou de penas?	645
3. Sistemas	646
4. Espécies de concurso	647
5. Concurso material	648
a) Conceito	648
b) Espécies	648
c) Aplicação da pena	648
6. Concurso formal	649
a) Conceito	649
b) Espécies	649
c) Requisitos	649
d) Aplicação da pena	650
e) Unidade e autonomia de desígnios	651
7. Crime continuado	652
a) Conceito	652
b) Requisitos	653
c) Crimes da mesma espécie	653

d) Homogeneidade das circunstâncias	654
e) Natureza jurídica	655
f) Aplicação da pena	656
g) Bem jurídico pessoal: unidade ou pluralidade de sujeito passivo	656
8. Aplicação da multa	658
9. Limite das penas	658
10. Concurso de crime e contravenção	660

CAPÍTULO LIX

DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DA EXECUÇÃO DA PENA (*SURDIS*)

1. Explicações preliminares	661
2. Sistemas	662
3. Formas	663
4. Requisitos	663
5. Período de prova e condições	667
6. Revogação	669
7. Prorrogação	671
8. Extinção da pena	672

CAPÍTULO LX

DO LIVRAMENTO CONDICIONAL

1. Explicações preliminares	673
2. Pressupostos	673
3. Concessão do livramento condicional e período de prova	677
4. Revogação	678
5. Causas de revogação obrigatória do livramento condicional ...	679
a) Crime cometido durante a vigência do livramento condicional	679
b) Crime cometido antes do período de prova	679
6. Causas de revogação facultativa do livramento condicional ..	680
7. Efeitos da revogação do livramento condicional	680

a) Efeitos da revogação do livramento condicional em face de condenação irrecorrível pela prática de infração penal anterior ao período de prova (crime ou contravenção)	681
b) Efeitos da revogação do livramento condicional em face de condenação irrecorrível por infração cometida durante o período de prova	683
c) Efeitos da revogação do livramento condicional por descumprimento das condições impostas na sentença	684
8. Extinção da pena	684
9. Prorrogação do período de prova	685
10. Expulsão de estrangeiro	686

CAPÍTULO LXI

DOS EFEITOS CIVIS DA SENTENÇA PENAL

1. Noções preliminares	687
2. Condenação penal e reparação civil	688
3. “Actio civilis ex delicto”	690
4. Absolvição penal e reparação civil	691
a) Absolvição em face de estar provada a inexistência do fato	692
b) Absolvição criminal em face de não haver prova da existência do fato	692
c) Absolvição criminal em face de não constituir o fato infração penal	692
d) Absolvição criminal em face de estar provado que o réu não concorreu para a prática da infração penal	692
e) Absolvição criminal em face de não existir prova de ter o réu concorrido para a prática da infração penal	693
f) Absolvição criminal em face de não existir prova suficiente para a condenação	693
g) Absolvição criminal em face de existir causa de exclusão da antijuridicidade ou da culpabilidade ou haver fundada dúvida sobre sua existência (CPP, art. 386, VI)	693
5. Confisco	695
a) Conceito	695
b) Permissão	696

c) Confisco como efeito da condenação	696
6. Efeitos específicos	697

CAPÍTULO LXII

DA REABILITAÇÃO

1. Conceito e efeitos	701
2. Condições	702

VI — DA PERSECUÇÃO PENAL

CAPÍTULO LXIII

DA AÇÃO PENAL

1. Conceito	707
2. Classificação	707
3. Ação penal pública	711
4. Ação penal privada	714
5. Ação penal no crime complexo	716
6. Ação penal no concurso de crimes	717
7. Imunidade parlamentar formal ou processual	718

VII — DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

CAPÍTULO LXIV

CAUSAS EXTINTIVAS DA PUNIBILIDADE

1. Conceito de punibilidade	723
2. Condições objetivas de punibilidade	723
3. Causas extintivas da punibilidade	724
4. Escusas absolutórias	725
5. Momento de ocorrência das causas extintivas da punibilidade ..	726
6. Efeitos da extinção da punibilidade	728
7. Análise do art. 108 do CP	728
8. Imunidade parlamentar material	729
9. “Abolitio criminis”	731

CAPÍTULO LXV

PERDÃO JUDICIAL

1. Conceito e elenco	733
2. Natureza jurídica	733
3. Distinções	733
4. Extensão	734
5. Natureza jurídica da sentença concessiva	734

CAPÍTULO LXVI

DA MORTE DO AGENTE

1. Introdução	737
2. Prova	737

CAPÍTULO LXVII

DA ANISTIA, GRAÇA E INDULTO

1. Introdução	739
2. Anistia	739
3. Graça e indulto	741

CAPÍTULO LXVIII

RENÚNCIA E PERDÃO

1. Conceito de renúncia do direito de queixa	745
2. Oportunidade da renúncia	745
3. Formas de renúncia. Questões várias	746
4. Conceito de perdão aceito como causa de extinção da punibilidade	747
5. Oportunidade do perdão	747
6. Formas de perdão	747
7. Titularidade da concessão do perdão	748
8. Aceitação do perdão	748
9. Efeitos do perdão aceito no concurso de pessoas	749

CAPÍTULO LXIX

DECADÊNCIA E PEREMPÇÃO

1. Decadência do direito de queixa e de representação	751
2. Titularidade do direito de queixa ou de representação e decadência	752
3. Perempção da ação penal	752
4. Casos de perempção da ação penal	753

CAPÍTULO LXX

RETRATAÇÃO DO AGENTE

1. Conceito	755
2. Casos	755

CAPÍTULO LXXI

CASAMENTO SUBSEQUENTE

1. Introdução	759
2. Casamento do agente com a vítima	760
3. Casamento da vítima com terceiro	762

CAPÍTULO LXXII

DA PRESCRIÇÃO

1. Conceito e natureza jurídica	765
2. Pretensão punitiva e pretensão executória	766
3. Prescrição da pretensão punitiva e prescrição da pretensão executória	767
4. Imprescritibilidade	768
5. Prescrição da pretensão punitiva	768
6. Prescrição da pretensão executória	771
7. Prescrição superveniente à sentença condenatória	773
8. Prescrição retroativa	775
a) Introdução. Súmula 146 do STF	775
b) O Anteprojeto de Código Penal. O Código Penal de 1969. A Lei n. 6.016, de 31-12-1973	777

c) A Lei n. 6.416, de 24-5-1977	778
d) Reforma penal de 1984 (antes da Lei n. 12.234, de 2010) ...	779
e) Natureza jurídica	779
f) Como se conta o prazo prescricional	780
g) Princípios	781
h) A Lei n. 12.234, de 5-5-2010, e a extinção da prescrição re- troativa	782
9. Espécies de penas e prescrição	789
10. Termos iniciais da prescrição da pretensão punitiva	790
10.1. Idade da vítima como novo termo inicial da prescrição da pretensão punitiva.....	792
11. Termos iniciais da prescrição da pretensão executória	794
12. Prescrição no caso de evasão do condenado ou de revogação do livramento condicional	794
13. Multa	795
14. Redução dos prazos de prescrição em face da idade do sujeito .	796
15. Causas suspensivas da prescrição	796
16. Causas interruptivas da prescrição	799
17. Crimes falimentares	805
18. Crimes de imprensa	805
19. Crimes contra a Segurança Nacional	806
20. Crimes militares	806
21. Crimes eleitorais	807
22. Crimes de abuso de autoridade	807

DAMÁSIO de Jesus

Fundador do Complexo Educacional Damásio de Jesus. Doutor em Direito pela Faculdade de Jurisprudência da Universidade de Salerno (Itália).

Foi membro do Ministério Público do Estado de São Paulo por 26 anos.

André ESTEFAM

Doutor e Mestre em Direito Penal pela PUC-SP. Promotor de Justiça. Assessor Jurídico do Procurador-Geral de Justiça de São Paulo. Professor de Direito Penal e Direito Processual Penal do Damásio Educacional. Coordenador pedagógico dos cursos de pós-graduação *lato sensu* em Direito Penal e Direito Processual Penal do Ibmec-SP/Instituto de Direito Damásio de Jesus, do Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo – Presidente Prudente e da Universidade de Ribeirão Preto – Unaerp. Professor convidado do curso de pós-graduação de diversas escolas superiores do Ministério Público e da Magistratura.

DIREITO PENAL

parte especial

2

36ª edição

2020

saraiva  jur.

ISBN 978-86-02-01804-4 Obra completa

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRE-4/7057**saraiva**
EDUCAÇÃO**saraiva**Av. Doutora Ruth Cardoso, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros São Paulo – SP – CEP 05425-902**SAC**

sac.sets@somoseducacao.com.br

Direção executiva	Flávia Alves Bravin
Direção editorial	Renata Pascual Müller
Gerência editorial	Roberto Navarro
Gerência de produção e planejamento	Ana Paula Santos Matos
Gerência de projetos e serviços editoriais	Fernando Penteado
Consultoria acadêmica	Murilo Angeli Dias dos Santos
Planejamento	Clairissa Boraschi Maria (coord.)
Novos projetos	Melissa Rodriguez Amal da Silva Leite
Edição	Eveline Gonçalves Denardi (coord.) Aline Darcy Flôr de Souza
Produção editorial	Fernanda Matajz (coord.) Luciana Cordeiro Shirakawa
Arte e digital	Mônica Landi (coord.) Amanda Mota Loyola Camilla Felix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Guilherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa
Projetos e serviços editoriais	Breno Lopes de Souza Josiane De Araujo Rodrigues Kelli Priscila Pinto Laura Paraíso Buldrini Filogônio Marília Cordeiro Mônica Gonçalves Dias
Diagramação	Markelangelo Design e Projetos Editoriais
Revisão	Amélia Kassis Ward Lígia Alves
Capa	IDÉE arte e comunicação
Produção gráfica	Marli Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	BMF Gráfica e Editora

Jesus, Damásio de

Parte especial: crimes contra a pessoa a crimes contra o patrimônio – arts. 121 a 183 do CP / Damásio de Jesus: atualização André Estefam. – Direito penal vol. 2 – 36. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2020.
488 p

Bibliografia

ISBN 978-85536-1545-2 (impresso)

1. Direito penal. 2. Direito penal Brasil. I. Estefam, André. II. Título.

CDD 340

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Código penal 343(81)(094.4)

Data de fechamento da edição: 23-1-2020

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL

CAE 716625

Índice Geral

Nota do atualizador à 36ª edição.....	5
---------------------------------------	---

DIREITO PENAL

PARTE ESPECIAL

I — INTRODUÇÃO AO ESTUDO DOS CRIMES EM ESPÉCIE

1. Parte Geral e Parte Especial do CP	39
2. Normas da Parte Especial do CP	40
3. Classificação legal dos crimes em espécie	41

II — CRIMES CONTRA A PESSOA

Capítulo I

CRIMES CONTRA A VIDA

1. Proteção penal da pessoa humana e jurídica	49
2. Consentimento do ofendido	49
3. Classificação dos crimes contra a vida	51

Homicídio

1. Conceito.....	52
2. Formas típicas e objetividade jurídica	53
3. Sujeitos do delito e qualificação doutrinária	54
4. Elementos objetivos do tipo.....	55
5. Homicídio e nexos de causalidade	57
6. Homicídio e estado de necessidade	60

7. Homicídio e legítima defesa	62
8. Elemento subjetivo e normativo do tipo (dolo e culpa)	69
9. O tipo do homicídio doloso	70
a) Dolo de homicídio: conceito e elementos	70
b) Espécies	71
10. Homicídio e erro de tipo	74
a) Erro sobre o tipo do homicídio	74
b) Espécies de erro de tipo no homicídio	74
c) Efeitos do erro de tipo no homicídio	75
d) Homicídio e erro provocado	76
e) Homicídio e erro de tipo acidental	77
f) Homicídio e erro sobre pessoa	78
g) Homicídio e <i>aberratio ictus</i>	79
h) Homicídio e resultado diverso do pretendido	83
11. Homicídio e erro de proibição	84
a) Erro de proibição no homicídio	84
b) Casos de erro de proibição	84
c) Homicídio e erro de direito	85
d) Homicídio e errônea suposição de excludente da ilicitude não reconhecida juridicamente	85
e) Homicídio e discriminantes putativas	85
12. Homicídio e crime impossível	87
13. Homicídio e concurso de pessoas	88
a) Introdução	88
b) Autoria	89
c) Formas do concurso de pessoas	90
d) Relevância das condutas	91
e) Participação subjetiva	92
f) Formas de participação	93
g) Cooperação dolosamente distinta	93
h) Autoria incerta	94
i) Comunicabilidade e incomunicabilidade das circunstâncias.....	95

14. Consumação e tentativa	96
15. Homicídio privilegiado	98
16. Homicídio qualificado	101
17. Causas de aumento de pena	109
18. Homicídio culposo	110
a) O homicídio culposo na teoria finalista da ação	110
b) Previsibilidade objetiva e subjetiva da morte culposa	112
c) Elementos do tipo culposo de homicídio	113
d) Homicídio, imprudência, negligência e imperícia	114
e) Espécies de culpa no homicídio	115
f) Graus da culpa no homicídio	117
g) Compensação e concorrência de culpas no homicídio	117
h) Homicídio culposo majorado	117
i) Perdão judicial	119
19. Pena e ação penal	122

Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação

1. Introdução	122
2. Objetividade jurídica	123
3. Estrutura do tipo penal	123
4. Conduta da própria vítima	124
5. Sujeitos do delito	125
6. Elementos objetivos do tipo	125
7. Elemento subjetivo do tipo	126
8. Qualificação doutrinária	127
9. Consumação e tentativa	128
10. Figuras típicas majoradas	129
11. Figuras típicas qualificadas	130
12. Hipóteses várias.....	131
a) Pacto de morte	131
b) Roleta-russa	131
c) Resultado diverso do pretendido	131

13. Suicídio assistido, ortotanásia, eutanásia e distanásia	131
14. Pena e ação penal.....	133

Infanticídio

1. Introdução	133
2. Critérios de conceituação legal do infanticídio	134
3. Objetividade jurídica	135
4. Sujeitos do crime	135
5. Infanticídio e aborto	135
6. Influência do estado puerperal	136
7. Elemento típico temporal	136
8. Elemento subjetivo do tipo	137
9. Meios de execução	137
10. Qualificação doutrinária	138
11. Consumação e tentativa	138
12. Concurso de pessoas	138
13. Questões várias	141
14. Pena e ação penal	142

Aborto

1. Conceito.....	142
2. Objetividade jurídica e qualificação doutrinária.....	143
3. Figuras típicas	144
4. Sujeitos do delito e objetos materiais	145
5. Elementos objetivos do tipo	145
6. Elemento subjetivo do tipo	146
7. Consumação e tentativa	146
8. Autoaborto	147
9. Aborto provocado sem o consentimento da gestante	148
10. Aborto consensual	148
11. Aborto qualificado.....	150
12. Aborto legal.....	151

13. A polêmica instaurada pelo STF a respeito da interrupção da gravidez nas primeiras 12 semanas.....	154
14. Pena e ação penal.....	155

Capítulo II

LESÕES CORPORAIS

1. Conceito e objetividade jurídica	156
2. Sujeitos do crime	156
3. Qualificação doutrinária	157
4. Figuras típicas	158
5. Autolesão	158
6. Elementos objetivos do tipo.....	159
7. Elemento subjetivo e normativo do tipo	159
8. Momento consumativo e tentativa	159
9. Questões várias	160
10. Lesão corporal de natureza leve	161
11. Lesões corporais de natureza grave	162
12. Lesões corporais graves em sentido estrito	162
13. Lesões corporais gravíssimas	166
14. Lesão corporal seguida de morte	169
15. Lesões corporais privilegiadas	169
16. Causas de aumento de pena	171
17. Lesão corporal culposa	172
18. Perdão judicial	173
19. Violência doméstica	173
20. Questões especiais sobre a lesão corporal em contexto de violência doméstica.....	175
21. Ação penal no crime de lesão corporal dolosa leve contra a mulher.....	176
22. Pena e ação penal	178

Capítulo III**CRIMES DE PERICLITAÇÃO DA VIDA E DA SAÚDE**

Generalidades	179
---------------------	-----

Perigo de contágio venéreo

1. Conceito e objetividade jurídica	181
2. Figuras típicas	181
3. Exposição ao contágio	182
4. Sujeitos do crime	183
5. Elementos objetivos do tipo	183
6. Elemento subjetivo do tipo	184
7. Qualificação doutrinária	184
8. Consumação e tentativa	184
9. Figura típica qualificada	185
10. Questões várias	185
11. Pena e ação penal	186

Perigo de contágio de moléstia grave

1. Conceito e objetividade jurídica	186
2. Sujeitos do crime	186
3. Elementos objetivos do tipo	187
4. Elementos subjetivos do tipo	187
5. Qualificação doutrinária	188
6. Consumação e tentativa	189
7. Pena e ação penal	189

Perigo para a vida ou saúde de outrem

1. Conceito e objetividade jurídica	189
2. Sujeitos do crime	190
3. Elementos objetivos do tipo	190

4. Elemento subjetivo do tipo	190
5. Qualificação doutrinária.....	191
6. Consumação e tentativa	191
7. Causa de aumento de pena	191
8. Pena e ação penal.....	192

Abandono de incapaz

1. Conceito e objetividade jurídica	193
2. Qualificação doutrinária e sujeitos do delito.....	193
3. Especial relação de assistência	193
4. Elementos objetivos do tipo.....	194
5. Elemento subjetivo do tipo	195
6. Consumação e tentativa	195
7. Figuras típicas qualificadas.....	195
8. Pena e ação penal	196

Exposição ou abandono de recém-nascido

1. Introdução	197
2. Conceito, objetividade jurídica e qualificação doutrinária	197
3. Sujeitos do delito.....	197
4. Elementos objetivos do tipo.....	198
5. <i>Honoris causa</i>	198
6. Momento consumativo e tentativa	199
7. Elementos subjetivos do tipo	200
8. Figuras típicas qualificadas.....	200
9. Concurso de pessoas	200
10. Pena e ação penal	201

Omissão de socorro

1. Conceito e objetividade jurídica	201
2. Sujeitos do delito	202
3. Elementos objetivos do tipo	203

4. Qualificação doutrinária	205
5. Elemento subjetivo do tipo	206
6. Consumação e tentativa	206
7. Figuras típicas qualificadas pelo resultado	206
8. Questões várias	207
9. Pena e ação penal	207

Condicionamento de atendimento médico-hospitalar emergencial

1. Conceito e objetividade jurídica	208
2. Sujeitos do delito	208
3. Elementos objetivos do tipo	208
4. Qualificação doutrinária	209
5. Elemento subjetivo do tipo	209
6. Consumação e tentativa	209
7. Figuras típicas qualificadas pelo resultado	210
8. Pena e ação penal	210

Maus-tratos

1. Conceito e objetividade jurídica	210
2. Figuras típicas	211
3. Sujeitos do delito	211
4. Elementos objetivos do tipo	211
5. Elemento subjetivo do tipo	212
6. Qualificação doutrinária	212
7. Consumação e tentativa	213
8. Figuras típicas qualificadas	213
9. Pena e ação penal	213

Capítulo IV

DA RIXA

1. Conceito	214
-------------------	-----

2. Objetividade jurídica	215
3. Sujeitos do delito	215
4. Elementos objetivos do tipo	215
5. Qualificação doutrinária	218
6. Momento consumativo e tentativa	218
7. Elemento subjetivo do tipo	219
8. Rixa e legítima defesa	219
9. Figuras típicas qualificadas	220
10. Pena e ação penal	223

Capítulo V

CRIMES CONTRA A HONRA

1. Objetividade jurídica	224
2. Elenco dos crimes contra a honra	225
3. Natureza do interesse jurídico	226
4. Afinidades e diferenças entre os crimes contra a honra	226
5. Qualificação doutrinária	227
6. Sujeitos do delito	227
7. Meios de execução	230
8. Elemento subjetivo do tipo	230
9. Consentimento do ofendido	232
10. Imunidade parlamentar	233

Calúnia

1. Conceito e objetividade jurídica	234
2. Figuras típicas	234
3. Núcleos dos tipos	235
4. Elemento normativo do tipo	235
5. Elementos subjetivos do tipo	235
6. Fato definido como crime	236

7. Qualificação doutrinária	236
8. Formas de calúnia	236
9. Momento consumativo e tentativa	237
10. Propalação e divulgação	237
11. Calúnia contra a memória dos mortos	238
12. Liberdade de censura e exceção da verdade	238
13. Pena	241

Difamação

1. Conceito e objetividade jurídica	241
2. Sujeitos do delito	242
3. Conduta típica	242
4. Elementos subjetivos do tipo	242
5. Qualificação doutrinária	242
6. Momento consumativo e tentativa	243
7. Exceção da verdade	243
8. Pena	244

Injúria

1. Conceito e objetividade jurídica	244
2. Elementos subjetivos do tipo	245
3. Qualificação doutrinária	245
4. Momento consumativo e tentativa	246
5. Perdão judicial	246
6. Injúria real	247
7. Injúria qualificada	248
8. Pena	249

Disposições comuns dos crimes contra a honra

1. Figuras típicas qualificadas	250
2. Causas especiais de exclusão da antijuridicidade	251

3. Retratação	252
4. Pedido de explicações em juízo	254
5. Ação penal	254

Ofensa à honra de autoridades públicas

1. Presidente da República	256
2. Vice-Presidente da República e outros chefes dos Poderes da União e dos Estados	257
3. Chefes de Governo estrangeiro	257
4. Órgãos e funcionários públicos	257
5. Elementos do tipo dos crimes contra a Segurança Nacional ...	258

Capítulo VI

CRIMES CONTRA A LIBERDADE INDIVIDUAL

Generalidades	260
---------------------	-----

Seção I

Crimes Contra a Liberdade Pessoal

Constrangimento ilegal

1. Conceito e objetividade jurídica	262
2. Figuras típicas	262
3. Sujeitos do delito	263
4. Elementos objetivos do tipo	263
5. Qualificação doutrinária	265
6. Elementos subjetivos do tipo	266
7. Momento consumativo e tentativa	266
8. Figuras típicas qualificadas	266
9. Norma penal explicativa	267
10. Causas especiais de exclusão da tipicidade	267

11. Pena e ação penal	268
-----------------------------	-----

Ameaça

1. Conceito e objetividade jurídica	268
2. Sujeitos do delito	268
3. Elementos objetivos do tipo	268
4. Qualificação doutrinária	270
5. Momento consumativo e tentativa	270
6. Elemento subjetivo do tipo	270
7. Pena e ação penal	272

Sequestro ou cárcere privado

1. Conceito e objetividade jurídica	272
2. Sujeitos do delito	272
3. Elementos objetivos do tipo	273
4. Elemento subjetivo do tipo	273
5. Qualificação doutrinária	273
6. Consumação e tentativa	274
7. Figuras típicas qualificadas	274
8. Pena e ação penal	275

Redução a condição análoga à de escravo

1. Conceito e objetividade jurídica	275
2. Sujeitos do delito	276
3. Elemento subjetivo do tipo	276
4. Qualificação doutrinária	276
5. Consumação e tentativa	277
6. Causas de aumento de pena	277
7. Pena e ação penal	277

Tráfico de pessoas

1. Conceito e objetividade jurídica	277
---	-----

2. Origem	278
3. Princípios e diretrizes legais no enfrentamento ao tráfico de pessoas	278
4. Conduta típica	279
5. Elementos subjetivos do tipo	280
6. Sujeitos do delito	280
7. Consumação e tentativa	280
8. Qualificação doutrinária	280
9. Causas de aumento e de diminuição de pena	281
10. Livramento condicional	281
11. Pena e ação penal	282

Seção II

Violação de Domicílio

1. Conceito e objetividade jurídica	283
2. Conceito de domicílio	284
3. Sujeitos do delito	284
4. Conceito de casa	286
5. Elementos objetivos do tipo	287
6. Qualificação doutrinária	288
7. Momento consumativo e tentativa	289
8. Elemento subjetivo do tipo	289
9. Figuras típicas qualificadas	289
10. Causas especiais de exclusão da antijuridicidade	291
11. Pena e ação penal	292

Seção III

Crimes Contra a Inviolabilidade de Correspondência

Generalidades	293
---------------------	-----

Violação de correspondência

1. Conceito e objetividade jurídica	294
2. Correspondência	294
3. Sujeitos do delito.....	295
4. Elementos objetivos do tipo	295
5. Elemento subjetivo do tipo	295
6. Elemento normativo do tipo	295
7. Qualificação doutrinária	296
8. Momento consumativo e tentativa	297
9. Pena e ação penal.....	297

Sonegação ou destruição de correspondência

1. Conceito e objetividade jurídica	297
2. Sujeitos do delito.....	298
3. Conduta típica	298
4. Elementos subjetivos do tipo	298
5. Momento consumativo e tentativa	298
6. Pena e ação penal.....	298

Violação de comunicação telegráfica, radioelétrica ou telefônica

1. Conceito e objetividade jurídica	299
2. Sujeitos do delito.....	299
3. Conduta	299
4. Elementos subjetivo e normativo do tipo	300
5. Momento consumativo e tentativa	300
6. Interceptação de conversação telefônica	300
a) Introdução	300
b) Vigência	300
c) Diferenciação.....	301
d) Objetividade jurídica.....	301
e) Sujeito ativo.....	301

f) Sujeitos passivos.....	301
g) Condutas típicas	301
h) Elemento normativo do tipo	302
i) Divulgação.....	302
j) Elementos subjetivos do tipo.....	302
l) Momento consumativo.....	302
m) Qualificação doutrinária	302
n) Tentativa	303
o) Ação penal.....	303
7. Pena e ação penal	303

Impedimento de comunicação, instalação ou utilização de estação de aparelho radioelétrico. Disposições comuns

1. Impedimento de comunicação	303
2. Instalação ou utilização de estação de aparelho radioelétrico .	303
3. Disposições comuns	304

Correspondência comercial

1. Conceito e objetividade jurídica	305
2. Sujeitos do delito.....	305
3. Conduta.....	305
4. Elemento subjetivo do tipo.....	305
5. Momento consumativo e tentativa	306
6. Pena e ação penal	306

Seção IV

Crimes Contra a Inviolabilidade dos Segredos

Divulgação de segredo

1. Conceito e objetividade jurídica	307
2. Sujeitos do delito	307
3. Elementos objetivos e normativo do tipo	308

4. Elemento subjetivo do tipo	308
5. Qualificação doutrinária	309
6. Momento consumativo e tentativa	309
7. Violação de sigilo funcional de sistemas de informações.....	309
8. Pena e ação penal	310

Violação de segredo profissional

1. Conceito e objetividade jurídica	310
2. Sujeitos do delito	311
3. Elementos objetivos do tipo	312
4. Qualificação doutrinária	312
5. Elemento subjetivo do tipo	312
6. Elemento normativo do tipo	313
7. Dano	313
8. Momento consumativo e tentativa	313
9. Pena e ação penal	313

Invasão de dispositivo informático

1. Conceito e objetividade jurídica	314
2. Sujeitos do crime.....	314
3. Conduta.....	314
4. Elemento subjetivo.....	314
5. Consumação e tentativa	315
6. Figura típica equiparada	315
7. Causas de aumento de pena.....	315
8. Figura típica qualificada.....	316
9. Pena e ação penal.....	316

III — CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

Capítulo VII

FURTO

1. Conceito e objetividade jurídica	321
---	-----

2. Figuras típicas	322
3. Sujeitos do delito	322
4. Objeto material	323
5. Elemento normativo do tipo	324
6. Conduta	324
7. Elementos subjetivos do tipo	325
8. Qualificação doutrinária	325
9. Momento consumativo e tentativa	325
10. Concurso de crimes	327
11. Furto de uso	329
12. Furto noturno	329
13. Furto privilegiado ou mínimo	330
14. Furto de energia.....	337
15. Furto qualificado (§ 4º).....	337
16. Furto qualificado de veículo automotor	342
a) Origem da Lei n. 9.426/96.....	342
b) Requisitos da qualificadora	342
c) Veículo automotor.....	343
d) Componentes	343
e) Significado da qualificadora “que venha a ser transportado para outro Estado ou para o exterior”	343
f) Elemento subjetivo	344
g) Concurso de pessoas.....	345
h) Concurso do novo tipo (§ 5º) com a tradicional forma do furto qualificado (§ 4º).....	345
i) Contrato exclusivo de transporte.....	345
j) Repouso noturno	345
l) Pena pecuniária.....	346
17. Furto qualificado pelo emprego de explosivo ou artefato cau- sador de perigo comum (§§ 4º-A e 7º)	346
a) Origem da Lei n. 13.654/2018.....	346
b) Irretroatividade	346
c) Fatores especializantes	346

d) Concurso de crimes.....	348
e) Hediondez.....	349
18. Furto de semovente domesticável de produção	349
a) Origem da Lei n. 13.330/2016.....	349
b) Incongruência legislativa	350
c) Fator especializante	351
d) Aplicabilidade restrita ao furtos simples.....	351
e) Concurso de qualificadoras	352
f) Pena pecuniária	352
19. Pena e ação penal	352

Furto de coisa comum

1. Conceito e objetividade jurídica	353
2. Sujeitos do delito	354
3. Elemento subjetivo do tipo	354
4. Qualificação doutrinária	354
5. Momento consumativo e tentativa	354
6. Causa especial de exclusão da antijuridicidade	354
7. Pena e ação penal	355

Capítulo VIII

ROUBO E EXTORSÃO

Roubo

1. Conceito e objetividade jurídica	356
2. Sujeitos do delito	357
3. Meios de execução	358
4. Objetos materiais	358
5. Elementos subjetivos do tipo	359
6. Qualificação doutrinária	359
7. Consumação e tentativa	359
8. Roubo circunstanciado (§ 2º)	361
9. Roubo circunstanciado pelo emprego de arma de fogo ou explosivo	365
a) Emprego de arma de fogo	366

b) Destruição ou rompimento de obstáculo mediante o emprego de explosivo ou artefato análogo que cause perigo comum	367
10. Crime hediondo	368
11. Concurso de crimes	368
12. Roubo qualificado pelo resultado	370
13. Pena e ação penal.....	371

Extorsão

1. Conceito e objetividade jurídica	372
2. Sujeitos do delito	373
3. Conduta	373
4. Meios de execução	373
5. Elementos subjetivos do tipo	373
6. Elemento normativo do tipo	373
7. Qualificação doutrinária	374
8. Consumação e tentativa	374
9. Figuras típicas qualificadas	374
10. Sequestro relâmpago.....	375
11. Pena e ação penal	376

Extorsão mediante sequestro

1. Conceito e objetividade jurídica	377
2. Sujeitos do delito	377
3. Conduta	377
4. Elementos subjetivos do tipo	377
5. Resultado	378
6. Qualificação doutrinária	378
7. Consumação e tentativa	379
8. Tipos circunstanciados	379
9. Figuras típicas qualificadas pelo resultado	380
10. Pena e ação penal	381

Extorsão indireta

1. Conceito e objetividade jurídica	382
---	-----

2. Sujeitos do delito	382
3. Elementos objetivos do tipo	382
4. Qualificação doutrinária	383
5. Consumação e tentativa	383
6. Elementos subjetivos do tipo	384
7. Pena e ação penal	384

Capítulo IX

USURPAÇÃO

Alteração de limites

1. Conceito e objetividade jurídica	385
2. Sujeitos do delito	385
3. Elementos objetivos do tipo	385
4. Elementos subjetivos do tipo	386
5. Elemento normativo do tipo	386
6. Qualificação doutrinária	386
7. Consumação e tentativa	386
8. Pena e ação penal	387

Usurpação de águas

1. Conceito e objetividade jurídica	387
2. Sujeitos do delito	387
3. Elementos objetivos e subjetivos do tipo	387
4. Elemento normativo do tipo	388
5. Qualificação doutrinária	388
6. Consumação e tentativa	388
7. Pena e ação penal	389

Esublho possessório

1. Conceito e objetividade jurídica	389
2. Sujeitos do delito	389

3. Elementos objetivos do tipo	389
4. Qualificação doutrinária	390
5. Elementos subjetivos do tipo	390
6. Consumação e tentativa	390
7. Pena e ação penal	390

Supressão ou alteração de marca em animais

1. Conceito e objetividade jurídica	390
2. Sujeitos do delito	391
3. Elementos objetivos do tipo	391
4. Elementos subjetivos do tipo	391
5. Elemento normativo do tipo	391
6. Qualificação doutrinária	392
7. Consumação e tentativa	392
8. Pena e ação penal	392

Capítulo X

DANO

1. Conceito e objetividade jurídica	393
2. Sujeitos do delito	393
3. Elementos objetivos do tipo	393
4. Elemento subjetivo do tipo	394
5. Qualificação doutrinária	395
6. Consumação e tentativa	395
7. Figuras típicas qualificadas	395
8. Pena e ação penal	398

Introdução ou abandono de animais em propriedade alheia

1. Conceito e objetividade jurídica	399
2. Sujeitos do delito	399
3. Elementos objetivos do tipo	399

4. Elemento normativo do tipo	400
5. Elemento subjetivo do tipo	400
6. Qualificação doutrinária	400
7. Consumação e tentativa	401
8. Pena e ação penal	401

Dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico

1. Conceito e objetividade jurídica	401
2. Sujeitos do delito	402
3. Elementos objetivos do tipo	402
4. Elemento subjetivo do tipo	403
5. Qualificação doutrinária	403
6. Consumação e tentativa	403
7. Pena e ação penal	403

Alteração de local especialmente protegido

1. Conceito e objetividade jurídica	404
2. Sujeitos do delito	404
3. Elementos objetivos do tipo	404
4. Elemento subjetivo do tipo	405
5. Elemento normativo do tipo	405
6. Qualificação doutrinária	405
7. Consumação e tentativa	405
8. Pena e ação penal	405

Capítulo XI
APROPRIAÇÃO INDÉBITA

1. Conceito e objetividade jurídica	406
2. Sujeitos do delito	406
3. Elementos objetivos do tipo	407
4. Elemento normativo do tipo	409
5. Elemento subjetivo do tipo	410

6. Qualificação doutrinária	410
7. Momento consumativo e tentativa	410
8. Figuras típicas qualificadas	411
9. Figura típica privilegiada	413
10. Pena e ação penal	413

Apropriação indébita previdenciária

1. Conceito e objetividade jurídica	414
2. Sujeitos do delito	414
3. Elementos objetivos do tipo.....	415
4. Conceituação: algumas questões.....	416
5. Elemento subjetivo do tipo	417
6. Consumação e tentativa	417
7. Extinção da punibilidade.....	417
8. Perdão judicial e causa de diminuição de pena.....	418
9. Parcelamento do débito previdenciário	418
10. Penas e ação penal.....	418

Tipos assemelhados à apropriação indébita

1. Apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza	419
2. Apropriação de tesouro	420
3. Apropriação de coisa achada	421

Capítulo XII

ESTELIONATO E OUTRAS FRAUDES

Estelionato

1. Conceito e objetividade jurídica	423
2. Sujeitos do delito	423
3. Qualificação doutrinária	424
4. Elementos objetivos do tipo	424
5. Elementos subjetivos do tipo	425

6. Momento consumativo e tentativa	425
7. Figura típica privilegiada	426
8. Figura típica majorada	427
9. Pena e ação penal	427
10. Disposição de coisa alheia como própria	428
11. Alienação ou oneração fraudulenta de coisa própria	429
12. Defraudação de penhor	430
13. Fraude na entrega de coisa	431
14. Fraude para recebimento de indenização ou valor de seguro ...	431
15. Fraude no pagamento por meio de cheque	433
a) Conceito e objetividade jurídica	433
b) Sujeitos do delito	433
c) Elementos objetivos do tipo	434
d) Qualificação doutrinária	434
e) Momento consumativo e tentativa	435
f) Elemento subjetivo do tipo	435
g) Efeitos do pagamento do cheque sem fundos	435
h) Pena e ação penal	436

Duplicata simulada

1. Conceito e objetividade jurídica	436
2. Sujeitos do delito	437
3. Elementos objetivos do tipo	437
4. Elemento subjetivo do tipo	438
5. Qualificação doutrinária	438
6. Momento consumativo e tentativa	438
7. Falsidade no Livro de Registro de Duplicatas	439
8. Pena e ação penal	439

Abuso de incapazes

1. Conceito e objetividade jurídica	439
2. Sujeitos do delito	439

3. Elementos objetivos do tipo	440
4. Qualificação doutrinária	441
5. Elementos subjetivos do tipo	441
6. Momento consumativo e tentativa	441
7. Pena e ação penal	441

Induzimento à especulação

1. Conceito e objetividade jurídica	442
2. Sujeitos do delito	442
3. Elementos objetivos do tipo	442
4. Qualificação doutrinária	443
5. Elementos subjetivos do tipo	443
6. Momento consumativo e tentativa	444
7. Pena e ação penal	444

Fraude no comércio

1. Conceito e objetividade jurídica	444
2. Sujeitos do delito	445
3. Elementos objetivos do tipo	445
4. Qualificação doutrinária	446
5. Elemento subjetivo do tipo	446
6. Momento consumativo e tentativa	446
7. Figura típica privilegiada	446
8. Pena e ação penal	446

Outras fraudes

1. Conceito e objetividade jurídica	447
2. Sujeitos do delito	447
3. Elementos objetivos do tipo.....	447
4. Qualificação doutrinária.....	448
5. Elemento subjetivo do tipo.....	448

6. Momento consumativo e tentativa	448
7. Pena e ação penal	449
8. Perdão judicial.....	449

Fraudes e abusos na fundação ou administração de sociedades por ações

1. Conceitos e objetividade jurídica.....	450
2. Subsidiariedade expressa	451
3. Fraude na fundação da sociedade por ações	452
a) Conceito e objetividade jurídica	452
b) Sujeitos do delito	452
c) Elementos objetivos do tipo	452
d) Qualificação doutrinária	452
e) Elementos subjetivos do tipo	453
f) Momento consumativo e tentativa	453
g) Penas e ação penal	453
4. Fraude sobre condições econômicas de sociedade por ações	453
a) Conceito e objetividade jurídica.....	453
b) Sujeitos do delito	453
c) Elementos objetivos do tipo.....	454
d) Elemento subjetivo do tipo	454
e) Momento consumativo e tentativa	454
f) Penas e ação penal.....	454
5. Falsa cotação de ações ou título de sociedade	454
a) Conceito e objetividade jurídica	454
b) Sujeitos do delito	454
c) Elementos objetivos do tipo	454
d) Elemento subjetivo do tipo	455
e) Momento consumativo e tentativa	455
f) Penas e ação penal.....	455
6. Empréstimo ou uso indevido de bens ou haveres	455
a) Conceito e objetividade jurídica.....	455
b) Sujeitos do delito	455

c) Elementos objetivos do tipo.....	455
d) Elemento normativo do tipo	456
e) Elementos subjetivos do tipo	456
f) Qualificação doutrinária	456
g) Momento consumativo e tentativa	456
h) Penas e ação penal	456
7. Compra e venda de ações da sociedade	456
a) Conceito e objetividade jurídica	456
b) Sujeitos do delito	457
c) Elementos objetivos do tipo	457
d) Elemento normativo do tipo	457
e) Elemento subjetivo do tipo	457
f) Momento consumativo e tentativa	457
g) Penas e ação penal	457
8. Caução de ações da sociedade	457
a) Conceito e objetividade jurídica	457
b) Sujeitos do crime	458
c) Elementos objetivos do tipo	458
d) Elemento subjetivo do tipo	458
e) Momento consumativo e tentativa	458
f) Penas e ação penal	458
9. Distribuição de lucros ou dividendos fictícios	458
a) Conceito e objetividade jurídica	458
b) Sujeitos do delito	459
c) Elementos objetivos do tipo	459
d) Elemento subjetivo do tipo	459
e) Momento consumativo e tentativa	459
f) Penas e ação penal	459
10. Aprovação fraudulenta de conta ou parecer	459
a) Conceito e objetividade jurídica	459
b) Sujeitos do delito	460
c) Elementos objetivos do tipo	460

d) Elemento subjetivo do tipo	460
e) Momento consumativo e tentativa	460
f) Penas e ação penal	460
11. Delitos do liquidante	460
a) Conceito e objetividade jurídica	460
b) Sujeitos do delito	461
c) Elementos objetivos do tipo, elemento subjetivo, momen- to consumativo, tentativa, pena e ação penal	461
12. Delitos do representante de sociedade estrangeira	461
a) Conceito e objetividade jurídica	461
b) Sujeitos do delito	461
c) Elementos objetivos do tipo	461
d) Elementos subjetivos do tipo	461
e) Elemento normativo do tipo	462
f) Momento consumativo e tentativa	462
g) Falsidade ideológica e material	462
h) Pena e ação penal	462
13. Negociação de voto	462
a) Conceito e objetividade jurídica	462
b) Sujeitos do delito	462
c) Elementos objetivos do tipo	462
d) Elementos subjetivos do tipo	463
e) Qualificação doutrinária	463
f) Momento consumativo e tentativa	463
g) Conflito aparente de normas	463
h) Penas e ação penal	463

Emissão irregular de conhecimento de depósito ou “warrant”

1. Conceito e objetividade jurídica	463
2. Sujeitos do delito	464
3. Elementos objetivos do tipo	464
4. Elemento normativo do tipo	464

5. Elemento subjetivo do tipo	465
6. Qualificação doutrinária	465
7. Momento consumativo e tentativa	465
8. Pena e ação penal	465

Fraude à execução

1. Conceito e objetividade jurídica	465
2. Sujeitos do delito	466
3. Elementos objetivos do tipo	466
4. Qualificação doutrinária	466
5. Elementos subjetivos do tipo	466
6. Momento consumativo e tentativa	466
7. Pena e ação penal	467

Capítulo XIII

RECEPTAÇÃO

1. Conceito e objetividade jurídica	468
2. Figuras típicas	469
3. Sujeitos do delito	471
4. Objeto material	472
5. Pressuposto.....	472
6. Qualificação doutrinária	472
7. Receptação dolosa própria	473
8. Receptação dolosa imprópria	473
9. Receptação no exercício de atividade comercial.....	474
a) Tipo autônomo	474
b) Sujeito ativo qualificado.....	474
c) Crime de formulação típica elástica	474
d) Elementos subjetivos do tipo.....	474
e) Elementar “deve saber”	474
10. Momento consumativo e tentativa	475

11. Elementos subjetivos do tipo	475
12. Receptação culposa	476
13. Autonomia da receptação	478
14. Figura típica privilegiada	478
15. Perdão judicial	479
16. Figura típica qualificada	479
17. Pena e ação penal	479
18. Receptação de animal domesticável de produção (art. 180-A) ...	479
a) Fatores especializantes.....	480
b) “Novatio legis in pejus”?	480
c) Objetividade jurídica	480
d) Sujeitos do crime	481
e) Consumação e tentativa	481
f) Elemento subjetivo	481
g) Pena e ação penal	481

Capítulo XIV

DISPOSIÇÕES GERAIS DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO (Imunidades Penais Absolutas e Relativas)

1. Imunidade penal	482
2. Imunidade penal absoluta	483
3. Imunidade penal relativa	484
4. Exceções	485